



PUBLISEGUR
corretores de seguros

RELATÓRIO E CONTAS

2024



✓ **Relatório de Gestão**

✓ **Contas**

✓ **Anexo às Demonstrações Financeiras**

✓ **Certificação Legal das Contas**



Relatório de Gestão

Exercício de 2024

RELATÓRIO DE GESTÃO



Exercício de 2024

Para dar cumprimento do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, a empresa **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.**, com o número de pessoa coletiva 505.100.436 com sede social no Largo de São João, Garden Shopping Center, loja 21, freguesia da Guarda (Guarda), concelho da Guarda, e com o capital social de 75.000,00€ (Setenta e cinco mil euros), com a atividade principal de corretagem de seguros vem por este meio apresentar o Relatório de Gestão e Contas do exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2024, os quais expressam a sua situação financeira e resultados obtidos.

1. Evolução da Conjuntura

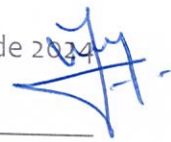
Economia Nacional

O crescimento da economia portuguesa deverá situar-se em 1,7% em 2024, aumentar para 2,2% em 2025 e 2026, e reduzir-se para 1,7% em 2027. O maior dinamismo da atividade nos próximos dois anos reflete um enquadramento mais favorável, com a melhoria das condições financeiras, a aceleração esperada da procura externa e a maior entrada de fundos da União Europeia. No entanto, o enquadramento externo está sujeito a riscos significativos em baixa de natureza económica e geopolítica.

O mercado de trabalho mantém-se robusto, com aumentos de emprego e de salários reais, a par de um desemprego baixo. A orientação expansionista e pró-cíclica da política orçamental contribui igualmente para o maior dinamismo da atividade. Em 2027, a desaceleração do PIB decorre, em larga medida, do impacto do fim da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). No período 2024–2027, o diferencial de crescimento face à área do euro situa-se, em média, em 0,8 pp. O crescimento em 2024–2025 foi revisto em alta 0,1 pp, refletindo sobretudo a maior expansão orçamental, associada à inclusão de novas medidas fiscais e de aumento da despesa pública, assim como à recalendarização das despesas no âmbito do PRR.

A inflação deverá reduzir-se de 5,3% em 2023 para 2,6% em 2024 e 2,1% em 2025, estabilizando em 2% em 2026–2027. Esta evolução reflete a moderação gradual dos custos salariais e a manutenção de pressões inflacionistas externas contidas. O diferencial de inflação face à área do euro é aproximadamente nulo no horizonte de projeção.

O investimento deverá recuperar dinamismo em 2025–2026 com a melhoria das condições financeiras e das perspetivas globais e o estímulo dos fundos europeus. Em 2024, o crescimento de 0,5% da FBCF



decorre sobretudo da componente pública, com o investimento Empresarial e das famílias em habitação a continuarem a ser penalizados pela restritividade das condições financeiras e pela baixa confiança. A situação melhora em 2025–2027 refletindo a redução adicional das taxas de juro. O investimento público acelera em 2025–2026 com a maior execução esperada dos fundos europeus e reduz-se em 2027 com o fim do PRR.

As exportações deverão crescer 3,9% em 2024 e 3,2%, em média, em 2025–2027.

O emprego deverá continuar a crescer, mas com um perfil de desaceleração. O salário por trabalhador desacelera no período de projeção, acompanhando a diminuição das expectativas de inflação.

(Fonte: Boletim Económico do Banco de Portugal)

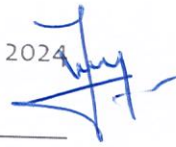
Análise do Sector

No final de 2024, a produção global de seguro direto relativa à atividade em Portugal aumentou 21,1% face ao final de 2023, situando-se em cerca de 14,3 mil milhões de euros. O ramo Vida apresentou um crescimento de 34,9%, tendo sido relevante para este acréscimo o aumento verificado nos seguros de Vida Não Ligados (34%). Os ramos Não Vida registaram um crescimento de 10,4%, de onde se destacam os crescimentos de 17,5% no ramo Doença e de 9,8% do ramo Automóvel.

No mesmo período, os montantes pagos de seguro direto apresentaram um decréscimo de 4,7%. Os montantes pagos do ramo Vida diminuíram 12,5%, enquanto os referentes aos ramos Não Vida cresceram 10,3%.

O valor das carteiras de investimento das empresas de seguros, no final de 2024, totalizou 52,5 mil milhões de euros, o que representa um acréscimo de 4,1% face ao final do ano anterior. Na mesma data o volume de provisões técnicas foi de 43,7 mil milhões de euros.

O rácio estimado de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) – medida do montante de fundos próprios necessários para a absorção das perdas resultantes de um evento de elevada adversidade (VaR 99,5%, um ano) e que resulta da agregação das cargas de capital relativas aos vários riscos a que as empresas de seguros se encontram expostas – foi de 207%, refletindo um acréscimo de três pontos percentuais face ao final de 2023. O rácio estimado de cobertura do Requisito de Capital Mínimo (MCR) – nível mínimo de fundos próprios abaixo do qual se considera que os tomadores de



seguros, segurados e beneficiários ficam expostos a um grau de risco inaceitável – foi de 545%, refletindo um aumento superior a cinco pontos percentuais face ao final do ano anterior.

(Fonte: ASF)

2. Evolução da atividade da empresa

No exercício de 2024 a Publisegur registou um aumento das prestações de serviços, passando de um valor global de 846.099,41€ em 2023 para 1.011.322,19€ em 2024.

O valor dos Fornecimentos e Serviços Externos aumentou cerca de 26% e os gastos com pessoal cerca de 6% face ao ano anterior.

O resultado líquido do exercício de 2024 cifrou-se em 45.921,16€ (em 2023 foi de 16.358,44€).

3. Análise Económica e Financeira da Empresa

No exercício de 2024 o resultado líquido é positivo em 45.921,16€.

A empresa melhorou os Capitais Próprios, tendo aumentado em 16% sua Autonomia Financeira.

Rubrica	2024	2023	Variação	% Variação
Resultados Líquidos	45 921	16 358	29 563	180,72%
Capitais Próprios	523 280	325 421	197 859	60,80%
Total do Ativo	745 170	600 508	144 662	24,09%
Total do Passivo	221 890	275 087	-53 197	-19,34%
Autonomia Financeira	70,2%	54,2%		

O número médio de funcionários durante o período foi de 20.

4. Evolução Previsível da Atividade

A Publisegur tem razões para esperar um exercício de 2025 na linha de orientação do que tem vindo a apresentar, continuando a dedicar especial atenção à qualidade de serviços prestados aos clientes e na formação dos colaboradores, contudo é difícil efetuar previsões mais precisas para o volume de negócios na medida em que não é possível prever o efeito do elevado nível de inflação e da subida das taxas de juro de referência, que aponta para alguma estagnação nos últimos meses.

As tensões geopolíticas e conflitos regionais continuaram ao longo de 2024, impactando significativamente a estabilidade global. A guerra em curso na Ucrânia continuou a ser um ponto central,



com sanções internacionais contínuas contra a Rússia e apoio militar à Ucrânia, definindo alianças geopolíticas. No Médio Oriente, o aumento das tensões levantou receio de um conflito regional mais amplo. Estes conflitos contribuíram para a volatilidade do mercado financeiro, aumentando consecutivamente os preços dos combustíveis, da energia e dos bens alimentares.

No entanto, a Administração entende que mantém-se apropriado o pressuposto da continuidade, que esteve na base da preparação das Demonstrações Financeiras.

5. Gestão de Risco Financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os riscos de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da instituição. As políticas e sistema de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem atualizados face à realidade das condições dos mercados e à atividade.

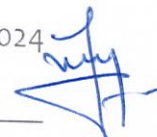
Risco de Crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas de financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais ou extracontratuais estabelecidas com a instituição no âmbito da sua atividade. É efetuada uma gestão permanente dos clientes e dos seus saldos em aberto.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito da instituição, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrábilidade, é efetuado regularmente.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos da instituição, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na administração. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar os mecanismos tendentes a sua cobertura junto da instituição.

**Risco de mercado**

Risco associado às flutuações da procura, as quais afetam os rendimentos da empresa. No entanto, no caso da empresa, a administração procura efetuar um cuidado planeamento da distribuição e encontra-se atenta às flutuações de mercado e às novas tendências.

6. Aplicação de Resultados

É proposto pela Administração da Empresa que o resultado líquido do exercício de 2024, o qual se cifrou em 45.921,16€, seja aplicado do seguinte modo:

- Reservas legais: 2.296.06€
- Resultados transitados: 43.624,10€

7. Notas Finais

A Administração da Publisegur, acrescenta ainda uma palavra de agradecimento por toda a confiança manifestada pelos órgãos sociais, e pela cooperação de todos os colaboradores, clientes, instituições bancárias, fornecedores e das demais entidades que com ela se relacionaram.

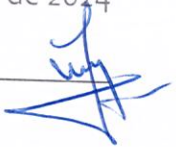
8. Por fim, declara ainda que:

1. A empresa não é devedora quer ao Estado quer à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro e no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo).
2. Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.
3. Não existem ações próprias detidas pela empresa.
4. A empresa não apresenta quaisquer riscos ou contingências em termos de matérias ambientais.
5. A empresa dispõe de sete sucursais.
6. Não houve quaisquer autorizações concedidas nem se praticaram negócios entre a sociedade e a sua Administração.

Guarda, 14 de Abril de 2025

A Administração,





Contas

Exercício de 2024

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2024

Unidade Monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2024	31/12/2023
Vendas e serviços prestados	11	1 011 322,19	846 099,41
Subsídios à exploração	12	0,00	767,92
Fornecimentos e serviços externos	17	(440 409,06)	(349 018,67)
Gastos com o pessoal	18	(441 132,17)	(414 729,47)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		(14 933,57)	(35 985,34)
Outros rendimentos	19	2 338,17	1 820,66
Outros gastos	19	(32 023,18)	(5 777,69)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		85 162,38	43 176,82
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	(16 254,42)	(12 558,19)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		68 907,96	30 618,63
Juros e gastos similares suportados	15	(9 393,59)	(10 094,10)
Resultado antes de impostos		59 514,37	20 524,53
Imposto sobre o rendimento do período	14/20	(13 593,21)	(4 166,09)
Resultado líquido do período		45 921,16	16 358,44

Guarda, 14 de Abril de 2025

O Contabilista Certificado
Membro n.º 4557

A Administração

Relatório e Contas referente ao Exercício de 2024

[Handwritten signature]

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Demonstração individual das alterações no capital próprio período findo em 31 de Dezembro de 2023

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Unidade Monetária: euros	
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2023	1	75 000,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00	24 000,00	193 827,50	0,00	0,00	6 234,97	309 062,47	309 062,47	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas												0,00	0,00	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00	0,00	
Realização de excedente de revalorização												0,00	0,00	
Excedentes de revalorização												0,00	0,00	
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00	0,00	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												0,00	0,00	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	0,00	0,00	0,00	0,00	311,75	0,00	5 923,22	0,00	0,00	(6 234,97)	0,00	0,00	
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	0,00	0,00	0,00	0,00	311,75	0,00	5 923,22	0,00	0,00	(6 234,97)	0,00	0,00	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital												16 358,44	16 358,44	
Realizações de prémios de emissão												10 123,47	16 358,44	
Distribuições												0,00	0,00	
Entradas para cobertura de perdas												0,00	0,00	
Outras operações												0,00	0,00	
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2023	6=1+2+3+5	75 000,00	0,00	0,00	0,00	10 311,75	24 000,00	199 750,72	0,00	0,00	16 358,44	325 420,91	325 420,91	

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Demonstração individual das alterações no capital próprio período findo em 31 de Dezembro de 2024

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Unidade Monetária: euros	
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2024	6	75 000,00	0,00	0,00	0,00	10 311,75	24 000,00	199 750,72	0,00	0,00	16 358,44	325 420,91	325 420,91	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas												0,00	0,00	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00	0,00	
Realização de excedente de revalorização												0,00	0,00	
Excedentes de revalorização												0,00	0,00	
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00	0,00	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												0,00	0,00	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	0,00	0,00	150 000,00	0,00	817,92	0,00	17 478,53	0,00	0,00	(16 358,44)	151 938,01	151 938,01	
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8	0,00	0,00	150 000,00	0,00	817,92	0,00	17 478,53	0,00	0,00	(16 358,44)	151 938,01	151 938,01	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital												45 921,16	45 921,16	
Realizações de prémios de emissão												29 562,72	197 859,17	
Distribuições												0,00	0,00	
Entradas para cobertura de perdas												0,00	0,00	
Outras operações												0,00	0,00	
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2024	6+7+8+10	75 000,00	0,00	150 000,00	0,00	11 129,67	24 000,00	217 229,25	0,00	0,00	45 921,16	523 280,08	523 280,08	

Guarda, 14 de Abril de 2025

O Contabilista Certificado
Membro n.º 4557

[Handwritten signature]

A Administração

[Handwritten signature]



Largo de S. João – Centro Comercial Garden, loja 21
6300-752 Guarda

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Demonstração individual de fluxos de caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2024

Unidade Monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 016 047,48	846 961,42
Pagamentos a fornecedores		(444 139,25)	(347 306,16)
Pagamentos ao pessoal		(441 132,17)	(414 729,47)
Caixa gerada pelas operações		130 776,06	84 925,79
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(13 593,21)	(4 166,09)
Outros recebimentos/pagamentos		(39 681,96)	(26 459,81)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		77 500,89	54 299,89
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	(1 030,99)
Activos intangíveis		(85 204,73)	(12 000,00)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(85 204,73)	(13 030,99)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		75 000,00	0,00
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(19 213,65)	(16 922,55)
Juros e gastos similares		(9 393,59)	(10 094,10)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		46 392,76	(27 016,65)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		38 688,92	14 252,25
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	
Caixa e seus equivalentes no início do período		65 616,63	51 364,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.1	104 305,55	65 616,63

Guarda, 14 de Abril de 2025

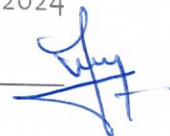
O Contabilista Certificado
Membro n.º 4557

A Administração



Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2024



ANEXO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO:

1.1 Designação da Entidade:

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

1.2 Sede:

Sediada no Largo de São João, Centro Comercial Garden, Loja 21, freguesia da Guarda.

1.3 Natureza da atividade:

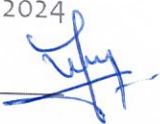
Tem como objeto social a mediação de seguros (C.A.E. 66220-R3) e número de pessoa coletiva 505.100.436.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, tendo assim sido adotadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta da empresa. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a



que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.*

As demonstrações financeiras do exercício de 2024 são comparáveis na sua plenitude com as do exercício de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 *Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:*

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

a) *Moeda funcional e de apresentação*

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

b) *Ativos Intangíveis*

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Tais ativos correspondem a carteiras de seguros adquiridas nos termos do nº 1 do artigo 53º da Lei n.º 7/2019 de 16-01-2019 com vidas úteis indefinidas, uma vez que não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem influxos de caixa líquidos para a entidade.

Anualmente são efetuados testes de imparidade, comparando a quantia recuperável com a quantia escriturada.

Fiscalmente e na sequência de despacho da Senhora Diretora de Serviços de IRC de 07/02/2012, foi autorizada a sua dedutibilidade.

O Goodwill gerado no exercício, derivado de uma fusão, será amortizado em 10 anos de acordo com a NCRF 6 – Ativos Intangíveis.

c) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzidos das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Fiscalmente, as depreciações estão enquadradas nas taxas máximas permitidas pelo Decreto Regulamentar nº 25/2009.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

d) Locação Financeira – Encontra-se registado em Ativos Fixos Tangíveis um imóvel adquirido em exercícios anteriores com recurso a locação financeira, encontrando-se a dívida à Sociedade Financeira registada no Passivo, em Financiamentos obtidos, pelo respetivo custo de aquisição.

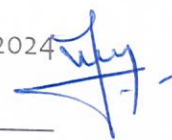
Mensalmente, ao efetuar-se o pagamento das rendas, evidencia-se quer o montante do capital amortizado quer o juro.

e) Acréscimos e Diferimentos - A Empresa regista nestas rubricas, de acordo com o princípio do acréscimo, as despesas e as receitas imputáveis ao presente exercício que apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde.

f) Subsídios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

g) Rédito



O rédito é proveniente das prestações de serviços e é integralmente referente à obtenção de comissões de seguros decorrentes da atividade exercida, sendo reconhecido pelo justo valor do montante a receber.

h) Impostos sobre o rendimento

A estimativa de IRC é apurada de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta o previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

i) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Cientes e outras contas a receber

Os movimentos com clientes e outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

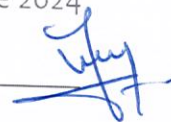
Outras dívidas a terceiros e Acionistas

As contas de outros terceiros e acionistas encontram-se mensuradas pelo método do custo.

Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro nominal são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos não correntes quando a empresa tem o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato. Nos restantes casos são contabilizados em passivos correntes.



Os financiamentos referem-se a empréstimo efetuado pelos acionistas à empresa e dívida referente a contrato de locação financeira.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar» e «Diferimentos».

Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em depósitos bancários, imediatamente realizáveis.

j) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, ajudas de custo, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

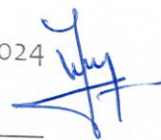
As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

k) Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes:



As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto nas NCRF. Em cada Balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a empresa intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

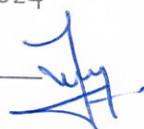
3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

4. Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Rubrica	2024	2023
Caixa	4 672	3 900
Depósitos à Ordem	99 633	61 717
Total	104 306	65 617



5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2023 de acordo com a NCRF 4.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1 Partes Relacionadas:

Descrição das partes relacionadas:

- José António Monteiro Costa
- Isabel Maria Rabaço Felízio
- João Francisco Felízio Costa
- Ana Isabel Felízio Costa

6.2 Remunerações do pessoal chave de gestão:

Total de remunerações: 0,00 euros.

6.3 Saldos com partes relacionadas:

Rubrica	Saldo 31-12-2024	Nat.	Saldo 31-12-2023	Nat.
26 - Sócios	75 000,00	Devedor		
25 - Financiamentos de Sócios	-			Credor
21/22 - Interglobal	-		2 647 -	

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

7.1 Divulgações sobre ativos intangíveis

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Quantia escriturada de cada ativo intangível avaliado como tendo uma vida útil indefinida e razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida:

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

Tal como mencionado no ponto 3.1 b), os ativos intangíveis correspondem a carteiras de seguros adquiridas nos termos do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 7/2019 de 16-01-2019, com vidas úteis indefinidas, uma vez que não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem influxos de caixa líquidos para a entidade.

Em 31-12-2024 foram efetuados testes de imparidade, comparando a quantia recuperável com a quantia escriturada.

Tais testes consistiram na análise objetiva ao valor recuperável dos ativos subjacentes, subtraindo-se ao valor escriturado o montante proporcional de apólices canceladas.

Conforme Ofício n.º 3360 de 16-02-2012 enviado pela Direção de Serviços do Imposto sobre O Rendimento das Pessoas Coletivas à empresa, estas imparidades têm aceitação fiscal.

Igualmente, no exercício e derivado de uma fusão com a entidade João Santos & Filhos, Mediação de Seguros, Lda, foi gerado um Goodwill de 72.000 euros que será amortizado em 10 anos, de acordo com a NCRF 6 – Ativos Intangíveis.

b) Quantia bruta escriturada e qualquer imparidade acumulada no começo e fim do período:

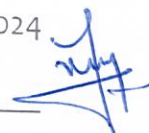
Rubricas	Situação Final (31-12-2024)			Situação Final (31-12-2023)		
	Quantia Bruta	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Goodwill	72 000 €	7 200 €	64 800 €	0 €	0 €	0 €
Carteiras de Seguros	560 096 €	332 063 €	228 034 €	554 266 €	317 129 €	237 137 €
Total	632 096 €	339 263 €	292 834 €	554 266 €	317 129 €	237 137 €

c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Revalorizações	Depreciações	Imparidades	Transferências	Saldo Final
Goodwill	0 €	72 000 €	0 €	7 200 €	0 €	0 €	64 800 €
Carteiras de seguros	237 137 €	5 830 €	0 €	0 €	14 934 €	0 €	228 034 €
Total	237 137 €	77 830 €	0 €	7 200 €	14 934 €	0 €	292 834 €

7.3. Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

Não existem compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis. As carteiras de seguros adquiridos em anos anteriores encontram-se a ser liquidadas de acordo com os contratos assinados.



8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, enquadrando-se nas taxas máximas constantes do Decreto Regulamentar n.º 25/2009:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo	3 a 8

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

Rubricas	Situação Final (31-12-2024)			Situação Final (31-12-2023)		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Edifícios e outras construções	183 523 €	39 131 €	144 392 €	267 524 €	69 781 €	197 743 €
Equipamento básico	49 845 €	43 208 €	6 637 €	49 845 €	40 743 €	9 101 €
Equipamento de transporte	5 800 €	5 800 €	0 €	5 800 €	5 800 €	0 €
Equipamento administrativo	54 238 €	51 126 €	3 112 €	54 238 €	48 206 €	6 032 €
Total	293 406 €	139 264 €	154 142 €	377 407 €	164 530 €	212 877 €



c) **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:**

Rubricas	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações	Alienações	Depreciações	Perdas imparidade	Saldo Final
Edifícios e outras construções	197 743 €	0 €	- €	49 680,50 €	3 670 €		144 392 €
Equipamento básico	9 101 €	0 €	- €	- €	2 464 €	- €	6 637 €
Equipamento de transporte	- €	- €	- €	- €	0 €	- €	0 €
Equipamento administrativo	6 032 €	0 €	- €	- €	2 920 €	- €	3 112 €
Total	212 877 €	0 €	0 €	49 681 €	9 054 €	0 €	154 142 €

8.2 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis:

Em anos anteriores foi adquirida com recurso a locação financeira a fração autónoma UCB, referente a uma loja no rés-do-chão do prédio urbano sito no largo de São João, Blocos A, B, C, D (Centro Comercial Garden - Guarda) sendo, portanto, a sociedade locadora a legítima possuidora do imóvel.

9. LOCAÇÕES

a) **Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:**

Designação do Bem	Activo Bruto	Amortização Exercício	Amortizações Exercícios Anteriores	Activo Líquido
Fracção UCB - Lojas 21 - CC Garden (Guarda)	183 523	3 670	35 460	144 392
TOTAL	183 523	3 670	35 460	144 392

b) **Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente:**

Estima-se que as diferenças entre o total dos futuros pagamentos mínimos das locações financeiras no final do período e os seus valores presentes não sejam consideráveis, atendendo à taxa efetiva praticada nestes financiamentos.

c) **Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor nominal, para cada um dos seguintes períodos:**

Descrição	Valor data do balanço	Valor presente < 1 ano (2025)	Valor presente 1>5 <anos (2026 - 2029)
Contrato locação financeira CLF	26 129 €	8 799 €	17 329 €
Total	26 129 €	8 799 €	17 329 €

Em 31 de Dezembro de 2024, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Passivo corrente (ano 2025): 8.799 €

Passivo não corrente (ano 2026 e seguintes): 17.329 €

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela titularidade do imóvel.

10. IMPARIDADE DE ACTIVOS

10.1 Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período:

No exercício de 2024 foram efetuados testes de imparidade aos ativos intangíveis resultantes das aquisições de carteiras de seguros relativamente às quais não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem influxos de caixa líquidos para a entidade.

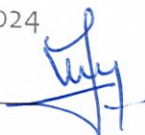
Rubricas	Depreciações e imparidades acumuladas			
	Saldo Final (31-12-2023)	Reforço	Reversão	Saldo Final (31-12-2024)
Carteiras de Seguros	317 129 €	14 934 €	- €	332 063 €
Total	317 129 €	14 934 €	0 €	332 063 €

10.2 Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um ativo individual, ou para uma unidade geradora de caixa:

a) Acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento da perda por imparidade:

As perdas por imparidade reconhecidas resultam do teste anual efetuado à quantia recuperável dos ativos associados às carteiras de seguros adquiridas e com vidas úteis indefinidas.

O teste realizado assentou na determinação objetiva do valor de cada apólice (de cada carteira adquirida) cancelada no exercício de 2024.



11. RÉDITO

11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela sociedade. O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

Rubricas	2024	2023	Variação	Variação %
Prestações de Serviços	1 011 322	846 099	165 223	20%

12. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

12.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios do Governo encontram-se relevados na demonstração de resultados do período económico.

12.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

A empresa não beneficiou de quaisquer formas de apoio do Governo.

13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

13.1. Autorização para emissão:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão em 14 de abril de 2025.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As tensões geopolíticas e conflitos regionais continuaram ao longo de 2024, impactando significativamente a estabilidade global. A guerra em curso na Ucrânia continuou a ser um ponto central, com sanções internacionais contínuas contra a Rússia e apoio militar à Ucrânia, definindo alianças

geopolíticas. No Médio Oriente, o aumento das tensões levantou receio de um conflito regional mais amplo. Estes conflitos contribuíram para a volatilidade do mercado financeiro, aumentando consecutivamente os preços dos combustíveis, da energia e dos bens alimentares.

No entanto, a Administração entende que se mantém apropriado o pressuposto da continuidade, que esteve na base da preparação das Demonstrações Financeiras.

Destaca-se ainda que a inexistência de efeitos significativos ao nível das áreas das contas sujeitas a julgamento e incerteza de estimativa, nomeadamente, entre outras: mensurações ao justo valor; imparidades de ativos; avaliação das perdas esperadas nos créditos; mensuração e reconhecimento do crédito; e requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras. Também não se verificaram quaisquer incumprimentos contratuais, de contratos onerosos e planos de reestruturação.

13.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço.

13.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

Não ocorrem acontecimentos após a data do balanço que tenham dado lugar a ajustamentos.

14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

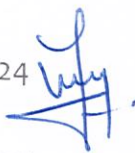
14.1 Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos:

a) Gasto (rendimento) de impostos correntes:

O imposto corrente contabilizado, no montante de 13.593,21 euros, corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data do balanço. Concretamente, o valor de imposto em causa respeita à estimativa de IRC com base na taxa norma de IRC e também à derrama e tributações autónomas.

b) Quaisquer ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

No exercício de 2023 foi reconhecido 0.01 euros de ajustamentos em resultados decorrentes de impostos de exercícios anteriores.



14.2 Relacionamento entre gasto de impostos e lucro contabilístico:

O quadro seguinte apresenta a reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico e também a evidenciação da taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado contabilístico antes de impostos	59 514 €	20 525 €
Resultado tributável	78 030 €	25 453 €
Taxa de imposto (IRC)	12.5% - 21%	12.5% - 21%
Imposto estimado	12 136 €	3 182 €
Tributações autónomas	677 €	730 €
Derrama	780 €	255 €
Total de Imposto (IRC) do período	13 593 €	4 166 €
Taxa efectiva de imposto (IRC)	23%	20%

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

Categorias de ativos e passivos financeiros:

15.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

15.2.1. Clientes/Fornecedores/Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de clientes, fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar e pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	Situação em 31/12/2024			Situação em 31/12/2023		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activos						
Cientes	15 706 €	- €	15 706 €	20 432 €	- €	20 432 €
Outras créditos a receber	145 704 €	- €	145 704 €	42 300 €	- €	42 300 €
Estado e outros entes publicos	905 €	- €	905 €	0 €	- €	0 €
Diferimentos	30 873 €	- €	30 873 €	21 445 €	- €	21 445 €
Total	193 189 €	0 €	193 189 €	84 177 €	0 €	84 177 €
Passivos						
Fornecedores	3 091 €	- €	3 091 €	6 821 €	- €	6 821 €
Estado e outros entes publicos	24 280 €	- €	24 280 €	18 163 €	- €	18 163 €
Outras dívidas a pagar	152 890 €	- €	152 890 €	204 760 €	- €	204 760 €
Total	180 261 €	0 €	180 261 €	229 744 €	0 €	229 744 €

15.2.2 Financiamentos obtidos

Modalidades de financiamento	Situação em 31/12/2024			Situação em 31/12/2023		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Empréstimos bancários	0 €	0 €	0 €	10 833 €	0 €	10 833 €
Locações financeiras	8 799 €	17 329 €	26 128 €	7 911 €	26 598 €	34 509 €
Total	8 799 €	17 329 €	26 128 €	18 744 €	26 598 €	45 342 €

15.2.3 Investimentos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2024, a rubrica de «Investimentos Financeiros», apresentava a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros

Rubricas	Situação em 31/12/2024			Situação em 31/12/2023		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Outros Investimentos financeiros	700 €	- €	700 €	700 €	- €	700 €
Total	700 €	- €	700 €	700 €	- €	700 €

15.2.4 Instrumentos de Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2024, eram os seguintes os Instrumentos de capital próprio mensurado ao custo:

Rubrica	31/12/2024	31/12/2023
Capital Próprio		
Capital social subscrito	75 000	75 000
Total	75 000	75 000

15.3 Total de rendimento de juros e total de gasto de juros para activos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Rubricas	Situação em 31/12/2024			Situação em 31/12/2023		
	Rendimento de juros	Gastos de juros	Diferença	Rendimento de juros	Gastos de juros	Diferença
Passivos financeiros						
Financiamentos Obtidos	0 €	9 687 €	-9 687 €	0 €	10 094 €	-10 094 €
Total do Passivo	0 €	9 687 €	-9 687 €	0 €	10 094 €	-10 094 €



15.4 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social no montante de 75.000 euros encontra-se integralmente realizado.

15.5 Número de ações/quotas representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal.

O capital social encontra-se distribuído por 75.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro cada.

15.6 Reconciliação, para cada classe de ações/quotas, entre o número de ações/quotas em circulação no início e no fim do período.

No exercício de 2024 não foram emitidas novas ações.

15.7 Quantias de aumentos de capital realizado no período e a dedução efetuada como custos de emissão.

Não houve no exercício aumentos de capital social no exercício de 2024.

16. DIFERIMENTOS

A conta de diferimentos engloba gastos com 30.874€ a serem reconhecidos na demonstração de resultados do período seguinte, de acordo com o princípio do acréscimo (especialização dos exercícios).

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, as rubricas da demonstração de resultados Fornecimentos e Serviços Externos apresentavam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2024	31/12/2023
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	42 888	33 824
Publicidade e Propaganda	3 244	5 058
Vigilância e Segurança	0	139
Honorários	203 886	139 162
Comissões	40 002	28 795
Conservação e Reparação	12 639	4 680
Materiais		
Ferramentas e ut. desg. rápido	8 476	3 823
Material de escritório	9 455	4 887
Artigos para oferta	45	525
Energia e Fluidos		
Electricidade	9 961	10 639
Combustíveis	9 740	12 718
Água	1 128	1 164
Outros	35	0
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	17 107	13 858
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	40 265	52 405
Comunicação	13 497	13 610
Seguros	13 780	14 448
Contencioso e notariado	1 194	75
Despesas de representação	3 998	2 848
Limpeza, higiene e conforto	4 934	3 490
Outros Serviços	4 136	2 869
Total	440 409	349 019

18. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações dos Órgãos Sociais	- €	- €
Remunerações do Pessoal	362 556 €	341 092 €
Indeminizações	702 €	- €
Encargos sobre remunerações	64 992 €	60 047 €
Seguros de acidentes de trabalho	2 440 €	1 821 €
Outros gastos com o Pessoal	10 442 €	11 770 €
Total	441 132 €	414 729 €

O número médio de funcionários durante o período foi de 20 (20 no ano anterior).

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo de empregados e bem assim benefícios atribuídos a título de cessação de emprego.



19. OUTROS GASTOS / OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, as rubricas da demonstração de resultados Outros gastos e Outros rendimentos e apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2024	31/12/2023
Outros gastos		
Impostos	1 134 €	1 641 €
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	16 681 €	0 €
Correcções relativas a períodos anteriores	10 500 €	15 €
Donativos	1 334 €	1 338 €
Quotizações	1 265 €	2 070 €
Outros não especificados	1 109 €	714 €
Total	32 023 €	5 778 €
Outros rendimentos		
Ganhos em inventários	0 €	0 €
Rendimentos em investimentos não financeiros	2 338 €	1 821 €
Excesso da estimativa para impostos	0 €	0 €
Total	2 338 €	1 821 €

20. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2024			Situação em 31/12/2023		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Imposto sobre o rendimento	905 €	0 €	905 €	0 €	0 €	0 €
Total do activo	905 €	0 €	905 €	0 €	0 €	0 €
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	10 569 €	0 €	10 569 €	2 444 €	0 €	2 444 €
Retenção de impostos s/ rendimento	5 363 €	0 €	5 363 €	8 357 €	0 €	8 357 €
Contribuições p/ Segurança Social	8 348 €	0 €	8 348 €	7 362 €	0 €	7 362 €
Total do passivo	24 280 €	0 €	24 280 €	18 163 €	0 €	18 163 €

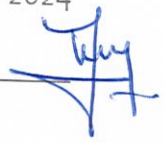
21. OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1 Quantias que se espera sejam recuperadas ou liquidadas num prazo superior a doze meses para cada linha de item de activo e de passivo que combine quantias que se espera sejam recuperadas ou liquidadas: i) até doze meses após a data do balanço; e ii) após doze meses da data do balanço.

Ver as anteriores notas 9 e 15.2.2 do presente Anexo.

21.2 A quantia e a natureza de elementos isolados dos rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excepcionais.

Não existem rendimentos e/ou gastos com dimensão ou incidências excepcionais.



21.3 A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados.

É proposto pela Administração da Empresa que o resultado líquido do exercício de 2024, o qual se cifrou em 45.921,16€, seja aplicado do seguinte modo:

- Reservas legais: 2.296.06€
- Resultados transitados: 43.624,10€

21.4 Outras divulgações

- 1- A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.
- 2- Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- 3- Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais
Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão Legal de Contas ascendem a 1.800 euros (sem IVA), não tendo sido faturados quaisquer outros serviços pela SROC, no ano de 2024. Em 31 de Dezembro não havia qualquer montante em dívida relativamente a honorários ao Fiscal Único / SROC.

22. RELATO FINANCEIRO DOS MEDIADORES DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

22.1 – Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações.

A Publisegur reconhece o rédit/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece o rendimento pelo justo valor das quantias recebidas ou a receber proveniente das comissões das seguradoras.

22.2 – Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo.

Por Natureza	Remunerações	
	2024	2023
Numerário/Cheque/Transferência	995 616 €	825 668 €
Remunerações a receber	15 706 €	20 432 €
TOTAL PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1 011 322 €	846 099 €
Rendimentos em Espécie (Incentivos Comerciais)	0 €	0 €
Total	1 011 322 €	846 099 €

22.3 – Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por Ramo “Vida”, Fundos de Pensões e conjunto dos ramos “Não Vida”, e por origem.

Por entidade	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramos Não Vida		Fundos de Pensões	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Empresas de Seguros	23 845 €	18 593 €	822 255 €	618 566 €	0 €	0 €
Outros Mediadores	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Clientes	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
TOTAL	23 845 €	18 593 €	822 255 €	618 566 €	0 €	0 €

22.4 – Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira.

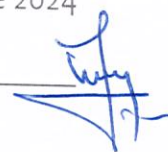
Por entidade	Remunerações	
	2024	2023
Empresas de Seguros	100,0%	100,0%
Outros Mediadores	0,0%	0,0%
Clientes	0,0%	0,0%
TOTAL	100%	100%

22.5 – Valores das contas “clientes” no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros;

Em 31-12-2024 e 31-12-2023 os saldos da conta “clientes (seguradoras)” eram os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Conta Clientes	15 706 €	20 432 €

22.6 – Contas a receber e a pagar desagregadas por origem.



Por entidade	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2024	2023	2024	2023
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	0 €	0 €	0 €	0 €
Empresas de seguros	145 704 €	42 300 €	152 890 €	204 760 €
Empresas de Resseguros	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros mediadores	0 €	0 €	0 €	0 €
Clientes	0 €	0 €	0 €	0 €
TOTAL	€	41 877 €	€	204 760 €

22.7 – Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar.

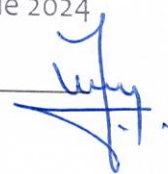
Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2024	2023	2024	2023
Fundos recebidos com vista serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	15.706 €	20.432 €	0 €	0 €
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	0 €	0 €	0 €	0 €
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros	0 €	0 €	0 €	0 €
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	0 €	0 €	0 €	0 €
Outras quantias:	0 €	0 €	0 €	0 €
Diferimentos	30.873 €	21.445 €	0 €	0 €
Remunerações a Liquidar	0 €	0 €	57.870 €	60.917 €
Aquisição de carteira de seguros	0 €	0 €	73.204 €	100.904 €
Outros não relacionados com seguros	0 €	0 €	33.000 €	22 726 €
Acréscimo de gastos	0 €	0 €	12.649 €	20.213 €
TOTAL	46.579 €	41.877 €	176.723 €	204.760 €

22.8 – Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final de exercício).

Contas a receber	Até 8 dias		Até 15 dias		Até 30 dias	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Sem imparidade	0 €	0 €	0 €	0 €	15 706 €	20 432 €
Com imparidade	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
TOTAL	0 €	0 €	0 €	0 €	15 706 €	20 432 €

22.9 – Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito.

Não Aplicável.


22.10 – Transmissões de carteiras de seguros.

Carteira de Seguros			
Transmissões recebidas		Transmissões efetuadas	
2024	2023	2024	2023
5 830	12 000	-	-

22.11 – Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela.

Contratos de mediação de seguros cessados	Indemnizações de Clientela	
	2024	2023
	-	-

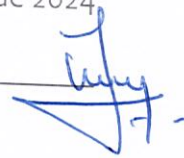
22.12 – Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes.

Obrigações Materiais	Obrigações Materiais	
	2024	2023
	-	-

22.13 – Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações.

Cód. ASF	Segurador	Vida	Não Vida	Total	%
1011	Fidelidade S.A.	8 897,65 €	260 053,16 €	268 950,81 €	27%
1197	Generali S.A.	10 469,39 €	252 821,97 €	263 291,36 €	26%
1205	Generali Seguros Y Reaseguros, S	3 511,45 €	123 395,87 €	126 907,32 €	13%
1026	Lusitânia, S.A.		85 767,74 €	85 767,74 €	8%
1129	Ageas Portugal, S.A		66 810,63 €	66 810,63 €	7%
1028	Allianz Portugal, S.A.	1 197,73 €	64 379,01 €	65 576,74 €	6%
1133	Caravela S.A.		51 208,01 €	51 208,01 €	5%
1184	Zurich, S.A.		51 123,07 €	51 123,07 €	5%

22.14 – Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome.



Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros em relação aos quais o corretor não tem poderes de cobrança	Valor total dos fundos	
	2024	2023
	0,00 €	0,00 €

22.15 – Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe foram outorgados poderes de cobrança.

Transferência de valores (prémios) para entrega aos resseguradores em relação aos quais o mediador de resseguros não tem poderes de cobrança	Valor dos fundos	
	2024	2023
	0,00 €	0,00 €

22.16 – Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas.

Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas	Valor total dos fundos	
	2024	2023
	0,00 €	0,00 €

22.17 – Apresenta-se em seguida o valor das remunerações auferidas por segurador e segregadas entre os ramos Vida e Não Vida, no exercício de 2024.

Cód. ASF	Segurador	Vida	Não Vida	Total	%
1011	Fidelidade S.A.	8 897,65 €	260 053,16 €	268 950,81 €	27%
1197	Generali S.A.	10 469,39 €	252 821,97 €	263 291,36 €	26%
1205	Generali Seguros Y Reaseguros, S	3 511,45 €	123 395,87 €	126 907,32 €	13%
1026	Lusitânia, S.A.		85 767,74 €	85 767,74 €	8%
1129	Ageas Portugal, S.A		66 810,63 €	66 810,63 €	7%
1028	Allianz Portugal, S.A.	1 197,73 €	64 379,01 €	65 576,74 €	6%
1133	Caravela S.A.		51 208,01 €	51 208,01 €	5%
1184	Zurich, S.A.		51 123,07 €	51 123,07 €	5%
1160	Victória Seguros, S.A.		8 626,47 €	8 626,47 €	1%
1039	Ageas Vida, S.A.	5 116,83 €		5 116,83 €	1%
4608	Mgen		3 049,28 €	3 049,28 €	0%
1097	Una S.A.		2 393,69 €	2 393,69 €	0%
1025	Lusitânia Vida, S.A.	2 389,10 €		2 389,10 €	0%
1173	Chubb - Sucursal em Portugal		1 671,05 €	1 671,05 €	0%
1029	Real Vida, S.A.	1 348,35 €	308,29 €	1 656,64 €	0%
1126	Prevoir, S.A.	1 304,93 €		1 304,93 €	0%
1199	Asisa Vida S.A.U.	1 003,80 €		1 003,80 €	0%
1200	Aig - Sucursal em Portugal		994,73 €	994,73 €	0%
1145	Mapfre Seguros, S.A		959,04 €	959,04 €	0%
1132	Zurich Vida, S.A.	950,32 €		950,32 €	0%
1188	Metlife Europe	687,16 €		687,16 €	0%
1098	Una Vida S.A.	110,47 €		110,47 €	0%
1096	Victória Seguros Vida, S.A.	101,01 €		101,01 €	0%
1186	Mapfre Vida S.A.	60,53 €		60,53 €	0%
3820	Ageas Pensões S.A.	45,90 €		45,90 €	0%
1157	Arag, Se		16,56 €	16,56 €	0%
4039	HDI Global SE		418,29 €	418,29 €	0%
4171	Axa Versicherung AG		131,11 €	131,11 €	0%
Total		37 194,62 €	974 127,97 €	1 011 322,59 €	

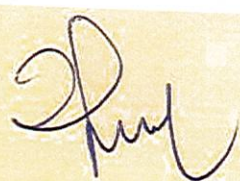
Guarda, 14 de Abril de 2025

O Contabilista Certificado,

Jorge Manuel Morgado Bico

(C.C. nº 4557)

A Administração,




CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

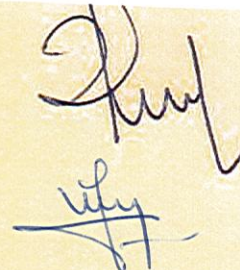
Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2024 (que evidencia um total de 745.170 euros e um total de capital próprio de 523.280 euros, incluindo um resultado líquido de 45.921 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.** em 31 de Dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção

material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Guarda, 15 de Abril de 2025

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
representada por:

Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780,
registo na CMVM com o n.º 20160413